



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 18 DE MARÇO DE 1998

Senhor Ministro da Saúde, Dr. Carlos Albuquerque; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Líderes; Senhores Senadores; Senhoras Senadoras; Senhoras Deputadas; Senhores Deputados; Senhores Secretários de Saúde; Senhores Prefeitos; Senhoras Prefeitas; Senhor Prefeito de Nova Iguaçu, Deputado Nelson Bornier; Senhoras e Senhores,

O Ministro Carlos Albuquerque expôs, de forma direta, de maneira minuciosa até, os efeitos das transformações que estão sendo implementadas no Ministério da Saúde. Eu queria acrescentar apenas, às palavras do Senhor Ministro, a idéia de que isto não é um ato isolado. Aqui está presente, também, o Ministro da Educação. Está ausente, por motivos de seu próprio trabalho, o Ministro da Reforma Agrária. E me refiro a esses três ministros, porque são ministros de pastas que lidam na área social, diretamente com a população. Está presente o Ministro do Trabalho que, da mesma maneira, desenvolve gestões nessa direção.

Em todas essas pastas, nós mudamos a filosofia de governar. E na mesma direção. O que o Ministro Carlos Albuquerque mencionou sobre a saúde vale para as outras áreas. Qual é a direção? Em primeiro

lugar, o Governo da República, o Governo da União, efetivamente, está descentralizando. Está descentralizando porque está convencido de que é a única maneira pela qual – numa sociedade plural, diferenciada, com tantas desigualdades regionais e sociais, e democrática a sociedade –, é a única maneira pela qual, repito, é possível governar mais próximo do povo.

Nós todos nos cansamos das decisões de Brasília que não são implementadas porque não chegam à base da sociedade. E não chegam à base da sociedade não por falta de vontade política de quem está em Brasília, ou por falta de capacidade operacional de quem está mais próximo do povo, nas prefeituras. Não chegavam à base pelos milhares de entraves burocráticos e porque, bem ou mal, ao redor dos recursos públicos se organizam grupos de interesses, às vezes legítimos, às vezes até na presuposição de que, com a ação direta deles, se realizarão mais eficazmente as obras ou as gestões necessárias, do que com a gestão indireta, através das prefeituras.

Mas o fato é que o Brasil cansou dessa forma de governar que leva à ineficiência, ao burocratismo. E a ineficiência e o burocratismo são irmãos gêmeos da fraude. E a fraude vai próxima da corrupção. E a corrupção acaba por minar o sistema político brasileiro. Acabamos por assistir, todos nós, todos os dias, pela nossa mídia, a denúncias – muitas das quais verdadeiras; nem sempre, mas muitas delas verdadeiras – atribuindo responsabilidades às vezes a quem não tem, mas, em conjunto, dando a sensação de que algo de podre existe no sistema de governar. E nós nos cansamos disso.

Nós queremos um sistema de governar mais aberto, um sistema de governar no qual a população possa cobrar mais diretamente. E a população cobra mais diretamente do prefeito do que do governador, mais diretamente do governador do que do Presidente. E o julgamento do Presidente e de seus ministros deve ser feito pela ação política global, e não pela ação particularizada de um outro trabalho de gestão, o qual corresponde, efetivamente, a outros níveis da Administração.

É, portanto, uma modificação que tem um voto de confiança embutido – voto de confiança na capacidade dos prefeitos do Brasil, que

foram eleitos pelo povo brasileiro, de serem melhores gestores da coisa pública do que foram no passado.

Nós acreditamos nas prefeitas e nos prefeitos, não porque eu acredite em cada um, que nem os conheço; e nem porque esteja neste ou naquele partido, que não quero saber, mas porque eu acredito no povo brasileiro, e sei que o povo está cada vez mais organizado e é mais capaz de cobrar mais eficiência, e cobrará mais próximo do que mais distante – portanto, mais do prefeito do que do Presidente da República, sem que com isso eu queira me eximir da cobrança que há de ser feita, também, pelos senhores e pelas senhoras.

É uma nova filosofia. Essa nova filosofia custa tempo para se implementar e seus efeitos também não são de imediato. Não há mágica na área social; há muita demagogia sobre o social. E quem é sociólogo, como eu, perdoa a demagogia, nem a toma em consideração. É muito fácil fazer demagogia sobre o social, mas é muito mais difícil dar passos concretos para mudar a situação efetiva daqueles que mais precisam. E os que mais precisam são os municípios mais pobres e as pessoas mais pobres dos municípios mais pobres.

Eu conheço bem este meu país, andei por ele a vida inteira e continuo andando. Por mais que digam que quando ando é por razões pessoais ou eleitorais, na verdade eu ando por um compromisso pessoal meu, para ver de perto a situação do Brasil. Ainda recentemente, andei pelo interior de Alagoas e fui ver de perto a ação dos médicos de família, como já tinha feito no Ceará, como já tinha feito no Rio Grande do Norte. Sei que, efetivamente, essa mudança de filosofia, inclusive com o aumento que estamos fazendo do número daqueles que são agentes comunitários de saúde e dos médicos de família – experiência que tiramos de Cuba; e há, por exemplo, em Roraima, muitos médicos cubanos trabalhando lá –, esse mecanismo de trabalho é mais eficiente e é o único que chega, realmente, ao mais pobre, senão o mais pobre morre nas filas dos hospitais das grandes cidades, que não têm condições de dar atendimento a ele. É demagogia olhar a fila do hospital e não verificar que essa fila é consequência da falta do posto de saúde, que ela é consequência da falta de atendimento atra-

vés das prefeituras. Não se resolve nada somente mostrando o mal-estar no hospital: é preciso que esse mal-estar comece a ser mostrado lá embaixo, no que há de mais pobre do Brasil. E é para essa gente que essas mudanças estão sendo feitas.

Hoje, os dados aqui mencionados pelo Ministro Carlos Albuquerque mostram que, efetivamente, nós estamos dando recursos para que os prefeitos possam, na gestão plena do atendimento básico, assumir a responsabilidade deles. Serão, para este ano, 2 bilhões e 300 milhões de reais. Isso não se deduz dos recursos que são dados ao SUS para os hospitais, porque seria insanidade imaginar que os hospitais não precisam de recursos ou que basta transferi-los para os postos de saúde ou para o atendimento elementar que se resolve a questão da saúde. A saúde é mais complexa do que isso. Os hospitais precisam também do seu atendimento; mas só o atendimento hospitalar não resolve a situação de saúde do povo brasileiro.

Esse é um passo decisivo para a mudança dessa filosofia, como nós já havíamos feito em outras áreas, e me referi ao Ministério da Educação, área onde também fizemos o atendimento direto à diretora da escola, onde também fomos ver a dificuldade do professor primário da zona mais pobre do Brasil. Por certo, precisamos olhar a população universitária, mas há que estabelecer prioridades. E o Governo não hesitou: a prioridade é para o mais pobre, é para a zona que tem mais necessidade. Isso repercute menos no País, eu sei, porque o que acontece na zona mais pobre e com os mais pobres repercute menos e é muito lento o progresso, enquanto que o ato mais bombástico, que atende às elites, repercute imediatamente. Mas nós não estamos buscando repercussão; nós estamos buscando algo mais importante que repercussão: mudança efetiva de formas de gestão pública e de comportamento. E isso nós estamos fazendo.

Esse mesmo mecanismo está sendo, agora, adotado aqui, no Ministério da Saúde.

A mesma coisa nós fizemos na reforma agrária. E, se hoje há quem ocupe prédios do Ministério da Fazenda, para a reforma agrária, é porque são demagogos e gastam o dinheiro em ônibus e caminhões, tra-

zem militantes para fazer de conta que estão agindo em favor da reforma agrária. Não. Nunca ninguém assentou mais famílias na terra do que este meu governo, graças à mudança – não minha – da filosofia de ação do Governo. Lá também nós estamos fazendo isso. Nunca ninguém treinou tanto trabalhador como neste governo, na gestão do Ministro Paulo Paiva. Essas coisas precisam ser ditas para que se saiba que nós não estamos agindo por impulso aqui e ali: estamos agindo obedecendo a uma filosofia, a uma visão. E é uma visão de uma nova sociedade para o Brasil. Não é uma visão de uma nova economia, como dizem os primários, os que não sabem ver as coisas, os que imaginam que sem uma economia funcionando o resto possa funcionar. Não é a visão da economia, não; não é a visão do mercado, que nunca tive nem terei: é a visão de quem, chegando à maturidade, tem noção das dificuldades das mudanças sociais e, portanto, sabe que, para implementá-las, não basta a palavra vazia, mas é preciso que haja, muito mais do que isso, uma mobilização. E a presença dos prefeitos aqui é a demonstração viva de que nós começamos a mudar, porque, sem eles, nós não mudaremos nada. Mudaremos no papel, mudaremos nas palavras, mas não na ação.

E quero complementar: sou absolutamente favorável, em todas as áreas, a que a ação administrativa seja acompanhada pela sociedade diretamente, que os Conselhos de Saúde se organizem; como sou favorável a que, na área da construção de casas populares, também aí haja a definição de prioridades, discutida pela comunidade.

Democracia, no Brasil, democracia nova no Brasil não pode ser confundida com democracia feita nos gabinetes apenas. Não se dispensa o gabinete e muito menos o Parlamento, que é central em tudo isso; mas não se pode imaginar que a democracia avance sem que haja uma mobilização da sociedade. E mobilização não é baderna, mobilização não é palavra de ordem sem sentido: mobilização é trabalho continuado, é correção do rumo no dia-a-dia, é revisão quando há erro, é incentivo quando se está certo e é proposta nova, quando ela é necessária para que avancemos e para que mudemos.

Não quero me alongar, mas também gostaria de dar uma palavra de felicitações ao Ministro Carlos Albuquerque, que levou adiante essa

programação, contrariando interesses; aos seus funcionários; ao Dr. Barjas, que já havia trabalhado no Ministério da Educação e hoje trabalha no Ministério da Saúde, com o mesmo empenho de mudança de gestão. E, ao citá-lo, cito todos aqueles que trabalham no Ministério da Saúde.

Quero terminar dizendo que cabe a nós, este ano, uma responsabilidade maior ainda. E esse “nós”, agora, são os parlamentares. E quisera eu poder dizer “nós, parlamentares”. Não posso.

Nós temos que definir um plano de financiamento da saúde mais estável. Já passou da hora. É tarefa que se impõe, ainda este ano. Não importa que o ano seja eleitoral. Nós não podemos aceitar essas questões de ano eleitoral. Na eleição se trabalha pelo País. Quem quiser eleição tem que ganhá-la trabalhando pelo País, não é não trabalhando pelo País. Então, este ano parlamentar, este ano eleitoral é o melhor ano possível para que se discuta abertamente de que maneira nós vamos financiar de forma estável a saúde pública do Brasil.

O cobertor é curto. Eu fui Ministro da Fazenda e sei das dificuldades, desde aquela época eu as acompanho. Estamos fazendo aqui milagres para conseguir – milagres não existem –, esforços para conseguir, aqui e ali, suprir deficiências.

Agradeço ao Congresso Nacional por ter nos dado a CPMF, mas agora é um momento de nós pensarmos no ano que vem em diante, algo mais estável, algo que faça com que haja uma convergência do recurso público em nível municipal, em nível estadual e nível federal. E não tenhamos dúvidas: se nós quisermos uma saúde melhor, nós vamos ter coragem, também, de dizer que há que pagá-la. E, para pagá-la, quem tem, tem que pagar. Quem tem vai ter que pagar. E o imposto é o mecanismo pelo qual quem tem paga para quem não tem.

Não podemos mais aceitar a idéia de que o recurso da saúde é jogado fora. Combatemos as fraudes. Continuaremos combatendo as fraudes. Estamos fazendo esforços para economizar e para tornar mais racional toda gestão e toda a administração. Não me venham dizer que basta cobrar dos inadimplentes, porque estamos cobrando como nunca jamais se cobrou da inadimplência neste país.

O País precisa de redistribuição de renda. E redistribuição de renda, a melhor, é através do acesso à terra, da educação, da saúde, do treinamento do trabalhador. E isso é o que temos que fazer, e para isso nós precisamos de recursos.

Não estou pedindo nada adicional: estou pedindo que o Congresso encare, junto conosco, como sempre encarou, com a responsabilidade que sempre manifestou nessas matérias, um financiamento estável para a saúde, para que nós possamos planejar para os próximos dez anos, não em função de variações de governo, não em função da variação de humores, mas em função das necessidades da população, que são peregrinas no que diz respeito aos itens que mencionei, de educação, de saúde, de qualificação para trabalhar, de acesso à terra – numa palavra: de bem-estar social.

Termino, portanto, ao finalizar os meus agradecimentos, convocando-os, aos senhores e às senhoras que exercem funções nas prefeituras, aos secretários, aqui, independentemente de qualquer outro objetivo, de qualquer outra limitação, a que estejamos todos juntos, buscando melhorar progressivamente, sem demagogia, mas com muita firmeza, a condição da saúde pública do nosso país.

Muito obrigado.